

O pacote finalmente aprovado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pacote fiscal do governo foi aprovado ontem no Senado às 7h40, recebendo 38 votos sim, sete não e uma abstenção. As 67 emendas apresentadas pelos senadores foram rejeitadas e a proposta encaminhada à sanção presidencial exatamente às 8h51 da manhã. O presidente Sarney telefonou para os líderes da Aliança Democrática agradecendo o esforço e o apoio de senadores do PDT e do PDS que contribuíram com suas presenças e votos para a aprovação do pacote. "Estou meio tonto", desabafou o presidente do Senado, José Fragelli, depois da maratona de mais de 24 horas de sessão contínua.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) tentou, sem êxito, evitar a aprovação do pacote, pedindo verificação de quórum para o substitutivo da Câmara e para as emendas dos senadores. O placar eletrônico registrava, contudo, as presenças de 46 senadores, apesar da saída estratégica de vários pedessistas do plenário.

Quando o dia amanheceu, o clima no interior do plenário era desolador. Os senadores Mário Maia (PMDB-AC) e Alberto Silva (PMDB-PI) dormiam profundamente recostados nas respectivas bancadas. O senador Enéas de Farias (PMDB-PR) abandonou sua elegância habitual e becejava sem parar, caminhando de um lado para outro nas laterais do plenário. O senador Lourival Batista (PFL-SE) achou uma forma de fugir do sono: picou papel e jogou dezenas de pedacinhos ao redor de sua cadeira.

A senadora Eunice Michilles (PFL-AM) não descuidou da aparência: deixou de votar o pacote do governo e foi em casa mudar de roupa e retocar a maquiagem. Saiu de vermelho e voltou de branco e verde.



Foto Alencar Monteiro-Telefoto Estado

Os senadores passaram toda a noite discutindo o pacote, que só foi aprovado de manhã

Enquanto isso, o líder do PDS, senador Murilo Badaró, comandava a obstrução fazendo um longo discurso e, apesar do cansaço e da noite indormida, não esqueceu a retórica, usando frases como "label inflamante", "vozes fulgurantes", para condenar a decisão do PMDB de votar o pacote a toque de caixa. No final, ele distribuiu nota da liderança responsável a Aliança Democrática por "todos os danos à economia do País e os males que a maluinha proposta certamente acarretará à grande massa de contribuintes brasileiros".

Por volta das 9 horas da manhã, o Senado aprovou rapidamente o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da União pagar royalties aos Estados produtores de petróleo, com voto de louvor do ex-ministro das Minas e Energia, senador César Cals. A matéria foi aprovada com vo-

tos de todos os líderes, inclusive do PDS.

O senador José Fragelli suspendeu a sessão por 15 minutos e todos foram tomar o café da manhã ao lado do Plenário. Entre sanduíches e biscoitos, os senadores comentavam a maratona e pediam a José Fragelli que prolongasse a sessão até o final da pauta. "Se eu sair daqui não volto mais", avisou o senador Lomanto Júnior. "Desgraça pouca é bobagem. Vamos ficar aqui até o fim", completou o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli.

Apesar disso, a sessão teve de ser interrompida ao meio-dia, porque não havia mais quórum — 36 senadores — para deliberar sobre as demais questões. A verificação foi solicitada, inicialmente, pelo senador Álvaro Dias (PMDB-RR), que não se conformou com a colocação do pedido de empréstimo para a Prefeitura do Rio

de Janeiro, apresentado no dia anterior, na frente de proposta idêntica do Paraná, solicitado há mais de quatro meses.

Álvaro Dias acabou denunciando acordo feito na madrugada com o PDT, que condicionou o apoio de seus senadores ao pedido de urgência para a votação do projeto de royalties e de empréstimo à Prefeitura do Rio. "Apesar do apreço que tenho pelo eminente senador Saturnino Braga — disse Álvaro Dias — que assumirá essa Prefeitura nos próximos dias, não posso concordar com a preterição ao mesmo Estado."

José Fragelli explicou que o empréstimo do Paraná seria votado na sessão extraordinária marcada para às 14h30, mas a obstrução continuou e ele foi obrigado a suspender a sessão às 11h55.